

THE THEORY OF INERTIAL INFLATION: THE FOUNDATION OF ECONOMIC REFORM IN BRAZIL AND ARGENTINA

LUIZ BRESSER PEREIRA E YOSHIAKI NAKANO, PREFÁCIO DE RUDIGER DORNBUSCH LYNNE RIENNER PUBLISHER. BOULDER, COLORADO, USA, 1987.

Lucidamente traduzida do português por Colleen Reeks, esta provocativa e corajosa monografia de Luiz Bresser Pereira e Yoshiaki Nakano retrata as experiências brasileira e, incidentalmente, a argentina com uma inflação que facilmente supera a taxa anual de 300%. Segundo os autores, essa inflação é, em sua natureza, principalmente inercial. Ela depende, primeiramente, da inflação passada, e é completamente independente da demanda e da oferta correntes. Simplificando: é a própria inflação que se reproduz.

No cerne da inflação inercial encontram-se a indexação, seja ela formal ou informal (p. 97), e um conflito distributivo no qual os agentes econômicos lutam para manter ou elevar sua parte na renda. No capítulo 5, a importância da indexação é comprovada, mostrando-se que, na sua ausência, o fator inercial oculto na inflação desaparece completamente. A indexação, por sua vez, é causada pelo conflito distributivo, cujo tema flui insistentemente por toda a discussão (pp. 10, 41, 70, 130 e 174).

Os monetaristas e os expectativistas racionais devem estar prevenidos de que as teses de Bresser Pereira e Nakano podem consistir somente numa contínua irritação filosófica, pois eles repetidamente renunciam aos preceitos de Chicago. Por exemplo, os autores sustentam que as expectativas não podem ser facilmente alteradas face às mudanças na política econômica

(p. 2), e que os agentes econômicos sabem que eles não podem levar muito a sério suas expectativas. Além disso, afirmam que existe uma correlação entre uma crescente oferta de moeda e a taxa de inflação, mas que a direção da relação causal é oposta àquela que os monetaristas afirmam. Similarmente, Bresser Pereira e Nakano admitem que essa estratégia monetarista estrita é inaceitável em todos os níveis (p. 92). Essas proposições certamente estão muito distantes das afirmações do modelo de Chicago, isto é, de que somente o dinheiro tem muita importância, e de que a inflação é sempre e em qualquer lugar um fenômeno monetário.

Embora irritante aos monetaristas e aos expectativistas racionais, *Inertial Inflation* deveria ser mais do que um atrativo aos pós-keynesianos, pois defende uma macropolítica lançada a partir de seus próprios modelos. Sob a bandeira de um choque heterodoxo, os autores reivindicam uma política administrativa de preços e rendas (pp. 104 e 105), e, simultaneamente, uma restrição na demanda através de políticas monetária e fiscal contrativas. A lógica teórica é oferecida de maneira irresistível. Entretanto, embora os autores façam uma retrospectiva da argumentação anteriormente alcançada por Abba Lerner, Henry Wallich e Sidney Weintraub, essa teoria poderia ter sido fortalecida e empolgaria um público mais vasto se a sua liga-

ção ao pós-keynesianismo tivesse sido formalmente traçada. Podem ser observados alguns focos pós-keynesianos (p. 97), e há uma clara menção à curva de Phillips e à menor inclinação para baixo, utilizada todas as vezes para justificar uma política de rendas (pp. 93, 111 e 112). Além disso, há referências à teoria sobre a taxa de desemprego que não acelera a inflação (pp. 65-67, 110-112), à possibilidade de estar envolvido um número limitado de grandes empresas (pp. 110-101, 124), e, naturalmente, ao conflito distributivo. Há até um reconhecimento de uma ligação das teses de Bresser Pereira e Nakano ao pós-keynesianismo, ainda que esse reconhecimento seja dado somente de passagem, ao mesmo tempo que se insiste nas divergências com aquela escola de pensamento (p. 14).

As políticas de rendas têm suas dificuldades, e os autores devem ser elogiados por revê-las. Eles observam que é impossível controlar todos os preços e que para se exercer um efetivo controle é necessário um aparelho burocrático competente (p. 96). Bresser Pereira e Nakano salientam a necessidade de políticas monetária e fiscal restritivas para controlar e resolver os desequilíbrios micro e macro que afetam a economia (pp. 104, 181-183). Num estilo informal, os autores temperam seu relatório sobre as políticas de controle da inflação (p. 102) apontando as falhas que ocorreram na Argentina (p. 177), na Grã-Bretanha (pp. 102 e 103) e até mesmo no Brasil (p. 103). Meu próprio trabalho sobre política de rendas confirma esses resultados variados. Há também um esforço em *Inertial Inflation* no sentido de indicar que uma política de rendas baseada em impostos inquestionavelmente melhoraria a *performance* da economia, enquanto que outro tipo de política alcançaria um resultado menos animador.

Os dez capítulos de *Inertial Inflation* estão bem organizados. O capítulo 1 apresenta uma introdução que sumariza as

principais idéias apresentadas no livro. O capítulo 2 centra sua atenção na questão da economia política, e nesse contexto aponta o conflito distributivo que acompanha a inflação. Os capítulos 3, 4 e 5 explicam detalhadamente a teoria da inflação inercial, descrevendo e justificando o tipo de política necessária para corrigir as distorções. Os trabalhos quantitativos desses capítulos, que são baseados em elaborações da norma de precificação a partir de margens fixas, são geralmente apresentados de uma maneira muito simples. Entretanto, os que aparecem na seção 4 do capítulo 5 são muito expressivos e, para mim, constituem o auge analítico do volume.

A partir do capítulo 6, a ênfase se desloca da teoria para a descrição da experiência brasileira com a inflação desde meados dos anos 60. Essa descrição torna-se mais intensa nos dois últimos capítulos. O capítulo 9 foi escrito alguns dias antes da aplicação do choque heterodoxo no Brasil, e o capítulo 10, sete meses mais tarde. Ambos os capítulos são cautelosamente otimistas ao reafirmar que a única solução razoável para o problema da inflação seria um choque (p. 173). Sugerem que as falhas cometidas na Argentina devem ser evitadas no Brasil (pp. 178 e 179), e reconhecem que a iniciativa brasileira não alcançou sucesso, uma vez que o governo não procurou restringir a demanda (pp. 177 e 181). Bresser Pereira e Nakano esperam pelo melhor mas, como o prefácio de Rudiger Dornbusch revela, eles esperam em vão: a iniciativa falha e a inflação brasileira alcança altos índices já no princípio de 1987 (p. ix).

Afinal, talvez este livro *seja* um livro para monetaristas e expectativistas racionais. (Transcrito do *Jornal of Economic Literature*, vol. XXVI, setembro de 1988, pp. 1192-1193).

James H. Gapsinski
Florida State University

**ACELERAÇÃO RECENTE DA INFLAÇÃO —
A TEORIA DA INFLAÇÃO INERCIAL REEXAMINADA**
JOSÉ MÁRCIO REGO (ORG.).
SÃO PAULO, BIENAL, 1989.

O livro organizado por José Márcio Rego traz um conjunto de artigos em sua maior parte escritos ao longo de 1988 e que têm como objeto a aceleração inflacionária ocorrida ao longo daquele ano, cuja velocidade levava à previsão de que a economia brasileira trilhava a senda inexorável para a hiperinflação. Os textos em seu conjunto traduzem esta apreensão e procuram analisar os fatos novos à luz da chamada teoria inercialista da inflação.

Os autores reunidos neste livro são alguns dos mais expressivos economistas em atividade no país. Bresser Pereira, Nakano, Lara Resende, Ignácio Rangel, Edmar Bacha são ladeados por economistas mais jovens, porém não menos talentosos, como Márcio Rego, Leda Paulani, Amaury Bier, Roberto Messenberg, Ricardo Romano, Edgar Pereira e Guilherme Lacerda. Traz também um notável trabalho de Bob Rowthorn, de Cambridge.

A obra é composta de dez artigos que em si traduzem uma rica diversidade de modelos interpretativos sobre a dinâmica inflacionária brasileira, mas guardam unidade na medida em que têm como paradigma analítico a chamada escola estruturalista. Bresser Pereira afirma na Introdução que a teoria da inflação inercial constituiu-se na "última e talvez mais sofisticada manifestação" da teoria estruturalista da inflação e é provavelmente o que há de mais adequado para compreender o fenômeno recente na América Latina.

Essa unidade, no entanto, não impede a controvérsia entre os próprios autores da coletânea, especialmente quanto à nomenclatura para definir a nova aceleração inflacionária. Bresser Pereira reafirma o termo *inercial* como adequado para a caracterização da inflação que medeia entre a inflação comum e a hiperinflação, enquanto que Rangel e Rego apontam a inconsistência do conceito em relação a seu emprego original na física. Rego publica aqui um artigo propondo uma taxionomia quádrupla da

inflação como forma de escapar da inconsistência semântica e assim caracterizar melhor os fatos. Já Lara Resende prefere batizá-la de *crônica*, escapando da armadilha verbal. As palavras não precisam necessariamente guardar o mesmo significado quando são usadas para definir fenômenos diferentes, mas evitar possíveis mal-entendidos a partir de imprecisão semântica é sempre oportuno quando possível.

O ponto alto da coletânea está no trabalho de Yoshiaki Nakano. O economista da FGV desenvolve neste artigo o raciocínio que, a nosso ver, tem enorme valor explicativo, uma vez que incorpora plenamente os condicionantes políticos ao processo econômico ao mostrar que a inflação é um instrumento do conflito distributivo, servindo de correia de transmissão para transferir todos os custos de ajustamentos, especialmente aqueles oriundos da dívida externa, para os trabalhadores e o Estado, originando o seu déficit (raciocínio rigorosamente dialético ao apontar a inflação como origem do déficit e não o contrário, como querem os economistas conservadores). Uma vez criado o déficit, impôs-se o seu combate, e a principal sacrificada ainda uma vez tem sido a classe trabalhadora, dada a recusa da classe empresarial em aceitar o repasse para si própria dos custos para reduzi-lo, seja aceitando elevação da carga tributária, seja abrindo mão de subsídios. Em consequência, temos hoje a falência iminente das finanças públicas (não é por acaso que ocorreu queda brutal nos investimentos públicos) e a situação aflitiva da classe trabalhadora, que recebe um dos menores salários do mundo.

O que torna a situação ainda mais dramática é o fato de o Estado brasileiro ser prisioneiro das enormes dívidas interna e externa, especialmente a primeira, em virtude do caráter de moeda remunerada que assumiu, uma vez que gira a cada 24 horas. Este componente gera instabilidade financeira tornando potencial uma

brusca transferência para ativos reais a qualquer momento, concretizando o processo hiperinflacionário. Vários artigos tratam especificamente deste assunto, com destaque para aquele escrito por Leda Paulani, Roberto Messenberg e Amaury Bier, que construíram um modelo formal de análise.

Mas o artigo de Nakano é ainda mais interessante porque traz uma proposta de política de estabilização para evitar a hiperinflação. Esta proposta compreende quatro pontos: "1. eliminar o déficit público, restringindo o gasto global estritamente ao valor da arrecadação tributária e congelando, assim, o valor nominal do financiamento para o setor público; 2. controle estrito sobre o agregado de ativos financeiros líquidos para evitar a sua conversão em demanda agregada, seja através da política de taxa de juros, seja através de algum tipo de controle direto; 3. controle estrito do crédito para o setor privado; 4. renegociação da dívida externa, reduzindo a transferência de recursos ao exterior, internando cerca de 3% a 4% do PIB, reduzindo com isso a necessidade de financiamento interno do setor público e abrindo espaço para aumentar investimentos, ampliando na mesma magnitude a poupança do governo". Infelizmente, a tomarmos como parâmetro o Plano Verão

(esta resenha foi escrita em finais de março), ainda não foram criadas as condições políticas para que um plano de estabilização dessa ordem seja implantado. Seria preciso um Estado moderno, controlado pelas frações modernas das classes sociais brasileiras, que aboliria o pacto "pró-inflação" denunciado por Nakano. O governo Sarney não é sinônimo de modernidade, e até que esta resenha venha a ser publicada talvez tenhamos tido o ocaso do Plano Verão, e novas tentativas desperadas, ainda que inconsistentes, de impedir a hiperinflação tenham sido adotadas. A proposta de Nakano só seria exequível se outro fosse o governo e outra a correlação de forças políticas a lhe dar sustentação.

Resta, todavia, a esperança de mudança pelas eleições presidenciais. Mais do que nunca a inflação cristaliza em si (é o parâmetro de) o grau de agravamento da crise política. Estamos convencidos de que só a genuína prática democrática, que possa transferir algum poder político para os perdedores natos do processo inflacionário, é que poderá sustar, ou, pelo menos, moderar a irracional e destrutiva escalada de preços rumo à hiperinflação a que temos assistido.

José Nivaldo Gomes Cordeiro

**CAPITALISMO, COMUNISMO E COEXISTÊNCIA:
DE UM PASSADO AMARGO A ESPERANÇAS MELHORES**
JOHN KENNETH GALBRAITH E STANISLAV MENSHIKOV
SÃO PAULO, PIONEIRA, 1988.

Esta obra, traduzida com excelência pelo professor Carlos Malferrari, da FGV-SP, é um marco na história das relações entre os dois grandes sistemas econômicos mundiais (URSS e EUA), pois traz as versões atualizadas de dois importantes economistas sobre o que vivem e sentem em seus respectivos sistemas e sobre o que supõem ser o sistema do outro, servindo, sobretudo, para mostrar ao leitor o que são as economias soviética e ocidental contemporâneas. É um marco também porque,

segundo a opinião dos próprios autores, jamais economistas soviéticos e americanos puderam conversar livremente e publicar suas críticas e opiniões, principalmente quando as críticas dos soviéticos eram dirigidas contra o seu próprio modelo de economia, o que só se tornou possível após as reformas de Gorbachev.

Galbraith, o conhecido professor de Harvard e que, dentre outros méritos, sempre teve a preocupação de tornar a ciência econômica mais acessível ao público em

geral, reuniu-se com Stanislav Menshikov, economista, membro da Academia de Ciências da União Soviética e especialista, no estudo da estrutura e do comportamento das economias capitalistas, para, durante dez dias, nas manhãs do verão de 1987, em Vermont (EUA), conversarem sobre temas de interesse de ambos os países onde nasceram visando a formular um diagnóstico que englobasse os principais problemas vividos pelos mundos socialista e capitalista e indicar um caminho provável para o futuro das duas nações e do resto do mundo. O resultado desse diálogo foi condensado e editado por Galbraith, constituindo-se nesta obra de singular importância para todos aqueles que se preocupam em especular sobre os rumos do conturbado planeta Terra.

Infelizmente não se trata de uma obra de grande profundidade, pois o volume de temas tratados e a informalidade do diálogo de ambos os autores impediram um maior rigor analítico, mesmo quando tratavam de teoria econômica. Essa superficialidade, todavia, faz do livro um instrumento com maior amplitude de divulgação e de alcance para o leigo, permitindo, até mesmo, que questões teóricas relevantes, como as explicações para as crises de subconsumo e a revolução keynesiana, fossem traduzidas em tons coloquiais e bem-humorados. Galbraith, por sinal, é o mais descontraído, e, em alguns momentos, sua excessiva informalidade chega até mesmo a prejudicar as colocações de Menshikov, cortando-o abruptamente no meio de interessantes explicações que, mais tarde, não serão retomadas. Em suas próprias colocações, aliás, Galbraith também foi infeliz algumas vezes, negando a seriedade dos seus trabalhos anteriores, mas sem resvalar num discurso medíocre ou aguado.

Um dos marcos do livro é que, ao longo dos seus quinze capítulos, os autores são unânimes ao mostrarem que, dos grandes problemas enfrentados pelas economias capitalista e socialista, o excesso de burocracia é o principal motivo da ineficiência econômica, independentemente do regime político vigente. Menshikov vai mais longe e associa o advento da *perestroika* justamente à necessidade que os soviéticos têm hoje de combater seus burocratas, os quais vêm impedindo, há anos, que a economia

da URSS se desenvolva e se liberte da dependência que ainda a prende ao Ocidente. Esta burocracia, cujo principal objetivo é manter as benesses do poder, tem impedido que se descentralizem as decisões, de modo a tornar a economia mais flexível e dinâmica, incorporando novas tecnologias e novas técnicas de negociações, sem, entretanto, se tornar uma economia de mercado nos moldes capitalistas.

Galbraith, por sua vez, não esconde sua vibração ao constatar que soviéticos e americanos sofrem de males semelhantes, e conclama ambos a se unirem para uma solução comum. Seu colega, entretanto, é muito enfático ao dizer que, apesar dos seus problemas, "o socialismo tem se revelado um sistema de vitalidade e crescimento" (p. 5) nos últimos setenta anos e que não está ameaçado de falência, como pensam alguns ocidentais, e muito menos de se tornar capitalista, merecendo soluções específicas para seus descompassos. Nos três primeiros capítulos do livro, aliás, os autores optam por apresentar ao leitor uma visão moderna do socialismo soviético, sem desconsiderar sua evolução histórica e seus conflitos com modos de produção semelhantes, como é o caso da China. A partir das provocações de Galbraith, Menshikov responde com a esperteza diplomática que lhe é peculiar, falando da era negra, mas de grande crescimento econômico, de Stalin; do arremedo de protesto do camarada Khrushchev (um precursor de Gorbachev); da ascensão dos burocratas na era Brezhnev; e das alternâncias de poder que permitem chegar à *glasnost*.

O economista soviético reconhece que a economia de seu país, assim como a ocidental, passa por um período de desaceleração e explícita esse processo em detalhes, realçando a incapacidade histórica da União Soviética de produzir o volume de alimentos de que necessita. Com isso, ela é obrigada a comprar produtos do Ocidente, o que pode parecer um sinal de fraqueza, porém os consideráveis avanços em outras áreas são suficientes para garantir a robustez da economia daquele país, garantindo o seu lugar entre os líderes mundiais.

Galbraith, além de dizer ao seu colega que "nós adoramos que vocês comprem" (p. 25), critica os soviéticos pelas suas

deficiências estruturais e por não permitirem o funcionamento de um sistema de preços que sinalize aos agentes econômicos o caminho do bom funcionamento da economia. Com a inexistência de preços, a inflação soviética se revela nas longas filas em frente às lojas e na ação camuflada dos burocratas, que favorecem seus amigos e familiares facilitando seu acesso aos bens racionados ou escassos.

Muito interessante é a leitura do quarto e do quinto capítulos, onde as propostas de Gorbachev são examinadas com cuidado, destacando-se o zelo de Menshikov em frisar que a URSS, por mais reformas que faça, não pretende se deixar seduzir pelo capitalismo. O capitalismo, segundo o economista soviético, traz embutido em si o germe da má distribuição de renda, fazendo os trabalhadores se tornarem cidadãos de segunda classe ao se submeterem aos proprietários dos meios de produção, que "enriquecem manipulando grandes somas de dinheiro alheio, basicamente" (p. 64).

Do sexto ao nono capítulos, o foco de análise é o capitalismo, quando Galbraith revela mais uma vez sua posição institucionalista e crítica do monetarismo e do *supply-side economics*, declarando que, felizmente, a aplicação desses modelos ina-

dequados de administração da economia constituem etapas transitórias, devendo desaparecer brevemente. Galbraith propõe algumas reformas econômicas contrárias à ortodoxia e especula sobre o futuro do capitalismo, não sem antes debater com seu colega soviético sobre o papel dos transnacionais, um nítido ponto de discordância entre ambos.

O passo seguinte é reservado para discutir o futuro do socialismo, combater a síndrome de superpotência de ambos os países e avaliar seus termos de cooperação. Menshikov reconhece que "o socialismo não conseguiu até o momento revelar-se superior ao capitalismo desenvolvido no que se refere à produtividade, à eficiência econômica e também ao nível do padrão de vida" (p. 141), porém (e neste ponto os dois autores concordam) a busca da cooperação entre os dois sistemas a garantir da paz mundial e o crescimento econômico equilibrado eliminará os problemas hoje enfrentados por ambos os lados e, quem sabe, até mesmo, talvez encaminhe o mundo para um novo modo de produção diferente dos preconizados pelos teóricos econômicos conhecidos.

Solival Silva e Menezes